



ESTADO DE MINAS GERAIS
INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS
URFBio Noroeste - Núcleo de Regularização e Controle Ambiental

AUTORIZAÇÃO

AUTORIZAÇÃO PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

nº. DO DOCUMENTO: 2100.01.0020153/2023-45

O Supervisor Regional da Unidade Regional de Florestas e Biodiversidade **NOROESTE**, no uso de suas atribuições, com base no inciso I do parágrafo único do art. 38 do Decreto nº. 47.892, de 23 de março de 2020, concede ao requerente abaixo relacionado a **AUTORIZAÇÃO PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL** em conformidade com normas ambientais vigentes. Certificado emitido eletronicamente.

TIPO DE REQUERIMENTO DE INTERVENÇÃO AMBIENTAL	NÚMERO DO DOCUMENTO	UNIDADE DO SISEMA RESPONSÁVEL PELO PROCESSO
Dispensado Licenc. Ambiental	2100.01.0020153/2023-45	NAR ARINOS
1. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL		
Nome: SÉRGIO ANTÔNIO GHISLENI		CPF/CNPJ: 246.441.450-68
Endereço: FAZENDA GABIRU, s/nº. - CAIXA POSTAL 15		Bairro: ÁREA RURAL
Município: FORMOSO	UF: MG	CEP: 38690-000
2. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL		
Nome: SÉRGIO ANTÔNIO GHISLENI		CPF/CNPJ: 246.441.450-68
Endereço: FAZENDA GABIRU, s/nº. - CAIXA POSTAL 15		Bairro: ÁREA RURAL
Município: FORMOSO	UF: MG	CEP: 38690-000
3. IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL		
Denominação: Fazenda Gabiru da Serra, Gabiru do Piratinga e Gabiru do Bonito		Área Total (ha): 1.203,3527

Registro nº.: 13.192, 13.193 e 13.194		Município/UF: Formoso/MG	
Recibo de Inscrição do Imóvel Rural no Cadastro Ambiental Rural (CAR): MG-3126208-9460.F836.1AA1.4B48.A3CE.CA99.E326.D575			
4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL AUTORIZADA			
Tipo de Intervenção		Quantidade	Un
Supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo		95,0000 (Ampliação)	ha
		101,3700 (Corretivo)	ha
Intervenção com supressão de cobertura vegetal nativa em áreas de preservação permanente-APP		1,0000 (Corretivo)	ha
5. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA			
Uso a ser dado à área	Especificação	Área (ha)	
Pecuária	Pastagem	196,3700	
Infraestrutura	Estrada	1,0000	
6. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA(S) ÁREA(S) AUTORIZADA (S) PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL			
Bioma/Transição entre Biomas	Área (ha)	Fisionomia/Transição	Estágio Sucessional, quando couber
Cerrado	197,3700	Estricto Sensu	
			(Em caráter corretivo)
		Mata de Galeria	(Em caráter corretivo)
Total:	197,3700		Total:
7. PRODUTO/SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL AUTORIZADO			
Produto/Subproduto	Especificação	Quantidade	Unidade
LENHA DE FLORESTA NATIVA	- Uso interno no imóvel ou empreendimento;	1.833,737	m³
	- Definição quanto ao uso do volume junto aos Autos de Infrações nº. 316854/2023 e 325338/2023 - "Perdimento".	1.896,158	m³
8. RESGATE E DESTINAÇÃO DE FAUNA SILVESTRE TERRESTRE			

Grupos autorizados: Invertebrados terrestres, anfíbios, répteis, aves, mamíferos voadores (quiroptero fauna), pequenos mamíferos, mamíferos de médio e grande porte				
Responsável técnico pela coordenação geral: Michel Felipe da Silva Agostinho - CRBIO 117437/04-D				
Equipe técnica: Michel Felipe da Silva Agostinho - CRBIO 117437/04-D e Ingrid Pimentel Nery - CRMV MG 30237				
Local de tratamento de animais feridos: Centro de Triagem e Centro de Apoio				
Destinação dos espécimes coletados: Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES) - Campus Unai/MG				
9. RESPONSÁVEL (is) PELO PARECER TÉCNICO (nome e MASP) E DATA DA VISTORIA				
Nilson Alexandre Garcia - MASP: Data da Vistoria: 09/11/2023				
10. VALIDADE				
Data de Emissão: 20/06/2024 Validade: De acordo com a Deliberação Normativa COPAM nº. 217/2017 esta autorização só produzirá efeitos de posse do Licenciamento Ambiental Simplificado - LAS e sua validade será definida conforme a licença ambiental.		Observações: <i>ESTE DOCUMENTO SÓ É VÁLIDO QUANDO ACOMPANHADO DA PLANTA TOPOGRÁFICA OU CROQUI DA PROPRIEDADE CONTENDO A LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE INTERVENÇÃO, DA RESERVA LEGAL E APP.</i>		
11. COORDENADA PLANA DA ÁREA AUTORIZADA				
Tipo de intervenção	Datum	Fuso	Coordenada Planta (UTM)	
			X	Y
Supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo (Ampliação)	23L	SIRGAS 2000	375.103	8.310.284
Supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo (Corretivo)	23L	SIRGAS 2000	373.852	8.310.360
			373.928	8.309.550
			374.710	8.309.770
			374.200	8.309.179
Intervenção com supressão de cobertura vegetal nativa em áreas de preservação permanente-APP	23L	SIRGAS 2000	371.993	8.310.934
12. MEDIDAS MITIGADORAS E COMPENSATÓRIAS FLORESTAIS				
MEDIDAS MITIGADORAS				
IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS				

MEIO FÍSICO, BIÓTICO E ANTRÓPICO	IMPACTOS AMBIENTAIS	MEDIDAS MITIGADORAS
SOLO	Revolvimento, compactação, exposição do solo, erosão superficial e modificação da paisagem.	Adotar programas de conservação de água e solo, agilizar a cobertura do solo;
RECURSOS HÍDRICOS	Alteração da qualidade da água pelo carreamento de sólidos, emissão de material particulado.	Adotar programas de conservação de água e solo, agilizar a cobertura do solo;
FLORA	Retirada de Vegetação, modificação da paisagem.	Agilizar a cobertura do solo com culturas; Reconstituição das áreas de preservação permanente, através de plantio, conforme Projeto de Recuperação de áreas Degradadas e Alteradas-PRADA apresentado neste processo;
FAUNA	Retirada de vegetação, aumento do efeito de borda, perda de habitat para a fauna, perda de biodiversidade e aumento de stress da fauna.	Resgate de animais e soltura nas APP's e reserva legal do empreendimento, controle de caça e pesca, formação de corredores ecológicos;
AR	Emissão de material particulado no preparo do solo.	Agilizar a cobertura do solo com culturas;
ANTRÓPICO	As derivas das pulverizações com pesticidas são elementos que aumentam a quantidade de particulados e elementos tóxicos no ar.	Aplicações de Agrotóxicos em horários que causem menor deriva e otimização na manutenção e regulação dos equipamentos de aplicação.

MEDIDAS COMPENSATÓRIAS FLORESTAIS

Condicionantes da Autorização para Intervenção Ambiental

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
1	Não realizar a supressão de vegetação nativa, para uso alternativo do solo autorizada utilizando correntes com as extremidades presas a máquinas agrícolas ou outros veículos de tração, técnica popularmente conhecida como "correntão".	Durante vigência da AIA;
2	Executar o Plano de Recomposição de Áreas Degradadas e Alteradas-PRADA, conforme proposta detalhada e aprovada no parecer único.	Anualmente, por um período de 5 (cinco) anos a iniciar um ano após a conclusão da intervenção ambiental. Com a apresentação de relatório técnico/fotográfico anual;
3	Construir cercas de arame nas Áreas de Preservação Permanente-APP e Reserva Legal, onde confrontarem com áreas de atividades de pecuárias, com objetivo de evitar a entrada de animais nas referidas áreas.	180 dias contados a partir da concessão da autorização;

4	Apresentar censo quali quantitativo dos indivíduos de Pequiizeiro e/ Ipê amarelo (Caraíba), com coordenadas geográficas, localizados dentro da área autorizada para supressão, em consonância as informações apresentadas no Inventário Florestal.	60 dias após a finalização da intervenção;
5	Executar a compensação por intervenção em Área de Preservação Permanente-APP, conforme proposta detalhada e aprovada no parecer único.	Anualmente, por um período de 5 (cinco) anos a iniciar um ano após a concessão da autorização. Com a apresentação de relatório técnico/fotográfico anual;
6	Apresentar os Termos de Compromisso averbados em cartório das áreas (8,4110 ha) de compensação florestal previstas no artigo 2º da Lei nº. 13.047 de 17/12/1998, não inferiores a 2% das áreas de exploração de cerrado superiores a 100 hectares as quais foram tratadas no parecer único.	90 dias contados a partir da concessão da autorização;
7	Realizar a retificação do Cadastro Ambiental Rural-CAR, atualizando as áreas da propriedade com relação ao uso e ocupação do solo das áreas autorizadas para as intervenções ambientais conforme proposta detalhada e aprovada no parecer técnico, ficando vedada a retificação do CAR referente a localização da Reserva Legal e Áreas de Preservação Permanente aprovadas neste processo.	90 dias contados a partir da realização da intervenção;
8	Apresentar de relatório, contendo a descrição das ações de afugentamento, resgate, salvamento e destinação dos animais de fauna silvestre terrestre realizadas durante as atividades de supressão, conforme termo de referência disponível no site do IEF.	30 dias após a realização da supressão;
9	Apresentar de relatório de monitoramento das espécies da fauna silvestre terrestre ameaçadas de extinção, conforme termo de referência de monitoramento de fauna silvestre terrestre disponibilizado no site do IEF.	Anualmente, conforme conclusão do monitoramento, ao longo de um ciclo hidrológico completo;
10	Apresentar relatório de cumprimento das medidas compensatórias e mitigadoras apresentadas no programa de monitoramento de espécies ameaçadas de extinção.	Anualmente;
11	Apresentar projeto técnico para o replantio de 1.690 árvores da espécie Pequiizeiro (<i>Caryocar brasiliense</i>) e 169 árvores da espécie Caraíba (<i>Tabebuia caraíba</i>), que deverão ser plantadas distribuídas por toda a área de intervenção corretiva.	30 dias após a emissão da AIA;
12	Apresentar projeto técnico de compensação por supressão de 1.690 árvores da espécie Pequiizeiro (<i>Caryocar brasiliense</i>) e 169 árvores da espécie Caraíba (<i>Tabebuia caraíba</i>), conforme proposta detalhada e aprovada neste parecer.	30 dias após a emissão da AIA;

13	Apresentação de relatório técnico/fotográfico da compensação por supressão de 1.690 árvores da espécie Pequizeiro (<i>Caryocar brasiliense</i>) e 169 árvores da espécie Caraíba (<i>Tabebuia caraíba</i>).	Anualmente, por um período de 5 (cinco) anos a iniciar um ano após a concessão da autorização. Com a apresentação de relatório técnico/fotográfico anual;
14	Realizar o cadastro como: Extrator/Fornecedor de Produtos e Subprodutos da Flora (subatividade: lenha), no Portal ecosistemas, módulo de Serviços de Cadastro e Registro.	Antes do início da supressão;
15	Realizar o cadastro como: Consumidor de Produtos e Subprodutos da Flora (subatividade: lenha), no Portal ecosistemas, módulo de Serviços de Cadastro e Registro.	Antes do início da supressão.

13. OBSERVAÇÃO

Área de 102,3700 da Autorização para Intervenção Ambiental - AIA, em caráter **CORRETIVO**.

Esta autorização não dispensa nem substitui a obtenção, pelo requerente, de certidões, alvarás, licenças ou autorizações, de qualquer natureza, exigidos pela legislação Federal, Estadual ou Municipal.

Declaro estar ciente das obrigações assumidas através deste documento e declaro ainda ter conhecimento de que a não comprovação do uso alternativo do solo no curso do ano agrícola acarretará no pagamento de multa e implementação de medidas mitigadoras ou compensatórias de reparação ambiental, sem prejuízo de outras cominações cabíveis.



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Roberto Batista Guimarães, Supervisor Regional**, em 20/06/2024, às 15:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **90704223** e o código CRC **8CBFA505**.